

Manifestação do Conselho Estadual de Educação Reforma do Ensino Médio

O Conselho Estadual de Educação de São Paulo considera bem vinda a iniciativa do governo federal de propor reformulação no ensino médio, reservando-se no direito de não abordar as questões de mérito neste momento, mas tão somente a urgência e relevância do tema.

Tal proposta procura retomar e fortalecer a flexibilização da oferta do ensino médio, há muito defendida por alunos, familiares, educadores e gestores da área. Os objetivos maiores são flexibilizar os currículos escolares, com a combinação de matérias obrigatórias e outras mais ligadas a interesses específicos dos alunos, ampliar a jornada escolar e reforçar o ensino profissionalizante. Ela também fortalece o pacto federativo, ao descentralizar as decisões para os estados, que passam a ter papel preponderante nas decisões de currículo e organização dessa etapa da educação básica. Os estados passam a ser protagonistas nesse processo de discussão e implementação. As discussões deverão ocorrer nos estados que terão prazo de dois anos após a aprovação da Base Nacional Curricular Comum para implementar os seus projetos.

O fato das mudanças serem levadas à frente por meio de uma Medida Provisória, revela o sentido de urgência, relevância e a prioridade que se deve dar à Educação sem turvar o debate sobre a questão central que é a reformulação do ensino médio no Brasil.

O ensino básico brasileiro está longe de superar seus desafios, como mostram os níveis de aproveitamento medidos por mecanismos nacionais e internacionais de avaliação. O resultado do ENEM reforça esta constatação.

As maiores dificuldades estão no ensino médio, que permanece com um currículo excessivamente acadêmico, inteiramente desconectado da realidade do mercado de trabalho e pouquíssimo atraente para os jovens. Prova disso são as elevadíssimas taxas de evasão, de 9,5% na primeira série, 7,1% na segunda e 5,2% na última. Pior: o Brasil possui 1,7 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola, idade em que deveriam estar cursando o ensino médio.

O último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgado no início do mês, deu a dimensão do desastre do ensino médio nacional, estagnado desde 2011 e o desempenho dos alunos em matemática foi o pior desde 2005. A tragédia se traduz em outros dados: por ano, um milhão e 200 mil alunos abandonam as salas de aula e apenas um em cada dez alunos do grau médio estão satisfeitos com o ensino que recebem, segundo pesquisa do Instituto Inspirare.

O país está inteiramente em descompasso com o mundo.

A educação vive hoje um momento de transição, em escala planetária. É essencial que as escolas estejam muito diferentes em poucos anos e que se marche para um ensino cada vez mais multidisciplinar e transversal, onde as aulas expositivas se combinem com o estudo por projetos, a exemplo do que já acontece em outros países e em algumas escolas de ponta de nossa rede de ensino.

Esse tema vem sendo objeto de debates há anos. O Projeto de Lei para reforma do ensino médio, proposta iniciada no governo anterior e retomada agora, tramita lentamente no Congresso Nacional desde 2013. Há décadas especialistas e entidades como o Conselho Nacional de Secretários de Educação-CONSED apresentam propostas para a educação, entre as quais a reforma do ensino médio, com base em uma grade curricular mais enxuta e flexível, na adoção paulatina do ensino integral e na formação dos professores.

O Congresso Nacional tem agora um prazo de 120 dias para apreciar a MP; se não o fizer, ela perderá seus efeitos. Neste período, serão apresentadas emendas e uma comissão especial deverá debater o assunto com a sociedade, fazer audiências públicas, ouvir especialistas e segmentos da sociedade civil organizada. Ao final dos trabalhos apresentará um parecer que poderá, inclusive, trazer recomendações para que a MP seja melhorada e sanados os problemas que já vieram à tona.

Neste contexto, consideramos que uma significativa reforma do ensino médio é medida de caráter urgente, urgentíssima. Sem ela, o país continuará retardatário, condenando-se ao atraso. E não ingressará na agenda do século vinte e um.

Conselho Estadual de Educação, São Paulo 05 de outubro de 2016.